DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 9752/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/12887/2015
PROTOCOLO	: 1612896
ÓRGÃO	: FUNDAÇÃO DE CULTURA MS
INTERESSADO (A)	: ATHAYDE NERY DE FREITAS JUNIOR (DIRETOR PRESIDENTE)
TIPO DE PROCESSO	: TERMO DE OUTORGA 23.496/14
RELATOR (A)	: RONALDO CHADID

TERMO DE OUTORGA – PRESTAÇÃO DE CONTAS – LEGISLAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL – REGULARIDADE.

Em apreciação a celebração do *Termo de Outorga 23.496/14* realizado pela *Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul*, com recursos do *Fundo de Investimentos Culturais de Mato Grosso do Sul*, e *Marcio Oliveira da Silva*, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil), com a finalidade de realizar projeto cultural na área de artes cênicas "Campo Grande Urban Champ 3ª Edição", seguindo o Programa de Trabalho 13392001422110000.

Através do Ofício 616/15 o atual Secretário de Estado, Sr. Athayde Nery de Freitas, encaminhou a esta Corte a documentação pertinente ao convênio em tela, que autuada foi remetida para análise técnica.

Em primeira análise a equipe da 5ª ICE detectou a ausência de documentos obrigatórios à regular instrução processual, motivando a intimação do jurisdicionado (f. 256) que em resposta encaminhou o ofício acostado à f. 260.

Em reanálise a inspetoria concluiu que a celebração do *Termo de Outorga 23.496/14* atendeu aos regramentos legais internos e externos desta Corte, conforme se extrai da ANA 28278/2015 de f. 274.

O Ministério Público de Contas, igualmente, entendeu pela regularidade da prestação de contas do *Termo de Outorga 23.496/14*, nos termos do Parecer 12418/16 de f. 279.

É o relatório, passo às razões da decisão.

Antes de entrar no mérito, entretanto, cumpre esclarecer que em observância ao que dispõem os artigos 9º e 10, inciso II, c/c §§3º e 4º da Resolução Normativa nº 76/13 e considerando o valor global contratado (R$ 45.000,00) e o valor da UFERMS na data da assinatura de seu termo (R$ 19,04) passo a decidir monocraticamente, amparado pela competência atribuída ao juízo singular do Conselheiro Relator nos temos do Regimento Interno.

O feito encontra-se em ordem e maduro para julgamento e o que se decide nesta oportunidade é a celebração do *Termo de Outorga 23.496/14*, realizado pela *Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul* (Concedente), com recursos do *Fundo de Investimentos Culturais – FIC/MS* (Interveniente) e *Márcio Oliveira da Silva* (Convenente), objetivando o auxílio financeiro para a execução do projeto cultural na área de artes cênicas "Campo Grande Urban Champ 3ª Edição", seguindo o Programa de Trabalho 13392001422110000.

Compulsando os autos verifico que se encontra acostada a documentação que comprova não só a realização do Convênio em objeto como também a sua prestação de contas, a exemplo, da Nota de Empenho 103/14 emitida em favor da outorgada no exato valor do termo, ou seja, R$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), conforme o comando legal, especialmente o artigo 60 e seguintes da Lei 4.320/64.

O Termo de Outorga 23496/14 foi celebrado com fulcro no Decreto 11.299/03; Lei 2.645/03, Decreto Estadual 11.261/03, Resolução SEFAZ de nº 2093/07e a aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93.

O extrato do Convênio foi publicado no Diário Oficial de 18/7/2014, conforme faz prova o documento de f. 83, em cumprimento à obrigação legal contida no parágrafo único do artigo 61 do Diploma Licitatório.

Quanto à prestação de contas do termo em apreciação, verifico que a mesma foi realizada, igualmente, em observância às regras contidas na Lei 4.320/64, tendo sido realizada da seguinte forma:

RESUMO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA		
VALOR DO CONVÊNIO	-	R$ 45.000,00
VALOR DO REPASSE	-	R$ 45.000,00
OUTROS RECURSOS	-	R$ 6,70
APLICAÇÃO FINANCEIRA	-	R$ 357,27
TOTAL DE RECURSOS	-	R$ 45.36397
PRESTAÇÃO DE CONTAS	-	R$ 45.006,70
DEVOLUÇÃO DE RECURSOS (f. 181)	-	R$ 357,27

Restou comprovado que o Termo de Outorga 23.496/14 foi celebrado e executado em atendimento à legislação pertinente, sendo que a documentação apresentada a esta Corte observou as orientações do Anexo I, Capítulo III, Seção I da Instrução Normativa nº 35/11, inclusive quanto ao prazo de encaminhamento, previsto no item 3.1.

Pelo exposto, com base no artigo 59, inciso I da Lei Complementar nº 160/12, em comunhão com as considerações levadas a efeito pelo Ministério Público de Contas e a análise da equipe técnica, **DECIDO** pelo julgamento da prestação de contas do *Termo de Outorga 23.496/14*, realizado pela *Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul*, com recursos do *Fundo de Investimentos Culturais – FIC/MS* e *Márcio Oliveira da Silva*, como **CONTAS REGULARES**, realizada de acordo com o Decreto 11.299/03, Decreto Estadual 11.261/03, Resolução SEFAZ de nº 2093/07 e a aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93, estando ainda em conformidade com o Programa de Trabalho 13392001422110000.

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande, 10 de outubro de 2016.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

RSB